

Ata da 3ª Sessão Ordinária do 1º período Legislativo da 2ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura da Câmara Municipal de Caçu.

Aos onze (11) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis (2026), na Cidade de Caçu, Estado de Goiás, no Plenário Vereador Laerte Nunes Moreira, realizou-se a terceira (3ª) Sessão Ordinária da segunda (2ª) Sessão Legislativa, da décima oitava (18ª) Legislatura da Câmara Municipal de Caçu. Às 16h04min, a Presidente Vereadora Jeandra Alves Guimarães do Carmo declarou aberta a Sessão na presença dos Vereadores: Alessandro Bessa, Alexandre Eterno Freitas Santos, André Luiz Oliveira Camargos, Cassiano Lemos de Souza, Donisete Paiva Rezende Junior – Junior Rezende, Hortência Freitas dos Santos, Rodolfo Ancelmo da Silva Neto e Virgínia Bernardes de Freitas Silva. Aberta a Sessão, foi lida e aprovada por todos a ata da Sessão anterior. Na oportunidade, a Presidência submeteu à apreciação e votação do Plenário a proposta de alteração dos horários das atividades legislativas do dia 13 de fevereiro de 2026. Colocada em votação, a proposta foi aprovada por unanimidade, ficando estabelecido que a 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Lazer, Esporte, Agricultura, Pecuária, Turismo e Meio Ambiente terá início às 08h30, seguida pela 5ª Sessão Ordinária, que ocorrerá às 09h30. No Expediente foram lidas as matérias: Projeto de Lei Ordinária nº 01/2026 - que "Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar incentivo financeiro adicional – IFA, aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias e dá outras providências", de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei Ordinária nº 05/2026 - que "Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar contribuição financeira à Associação dos Agricultores Familiares do Projeto São Jerônimo e dá outras providências", de autoria do Poder Executivo; Emenda Aditiva nº 01/2026 - que "Cria o Inciso VII, do Art. 4º, do Projeto de Lei Ordinária nº 07/2026", de autoria do Ver. Alessandro Bessa; Projeto de Lei Ordinária nº 07/2026 - que "Autoriza o Poder Executivo Municipal a fazer Concessão de Direito Real de Uso de Área às pessoas físicas e jurídicas especificadas nesta Lei, que buscam fixar sede definitiva neste Município, e dá outras providências", de autoria do Poder Executivo; e Indicação nº 21/2026 – que "Indica ao Chefe do Poder Executivo a adoção de providências necessárias para aquisição de um novo equipamento de coleta biométrica (digital) destinado à emissão de carteiras de identidade em nosso município", de autoria do Ver. Júnior Rezende. Na Ordem do Dia foi para discussão o Projeto de Lei Complementar nº 18/2025 que, submetido em primeira votação, foi aprovado por unanimidade. A seguir foi para discussão o Projeto de Lei Complementar nº 01/2026, que, submetido em primeira votação, foi aprovado por unanimidade. Logo, foi para discussão o Projeto de Lei Complementar nº 02/2026, que, submetido em primeira votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência, foi para discussão o Projeto de Lei Ordinária nº 87/2025. A autora defendeu a matéria, destacando que o projeto reflete o desejo dos residentes da via. Submetido o Projeto de Lei em votação foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, foi para discussão o Projeto de Lei Ordinária nº 09/2026. A autora, Ver. Jeandra Guimarães, e o coautor, Ver. André

Camargos, enfatizaram a importância social do Rotary para o município. Submetido o Projeto de Lei em votação foi aprovado por unanimidade. Em seguida, foi para discussão o Projeto de Lei Ordinária nº 02/2026 que, submetido em primeira votação, foi aprovado por unanimidade. Depois, foi para discussão o Projeto de Lei Ordinária nº 08/2026 que, submetido em primeira votação, foi aprovado por unanimidade. Também foram apreciadas as seguintes proposições: Indicação nº 11/2026, de autoria da Ver. Virginia Bernardes; Indicação nº 14/2026, de autoria do Ver. Alexandre Freitas; Indicação nº 15/2026, de autoria do Ver. Alexandre Freitas; Indicação nº 16/2026, de autoria do Ver. Júnior Rezende; Indicação nº 17/2026, de autoria do Ver. Júnior Rezende; Indicação nº 18/2026, de autoria do Ver. André Camargos; Indicação nº 19/2026, de autoria do Ver. Júnior Rezende; e Indicação nº 20/2026, de autoria do Ver. Júnior Rezende. Os Parlamentares proponentes apresentaram as justificativas de suas indicações, ressaltando a importância das medidas para a municipalidade. Na oportunidade, os demais Vereadores manifestaram apoio às propostas, ratificando a relevância dos pleitos apresentados. Depois, realizou-se a eleição dos membros do Conselho de Ética, nos termos do Art. 30 da Resolução nº 27/2025. Previamente à votação, a Presidência esclareceu o rito (Art. 13, §2º da referida norma), orientando que cada parlamentar deveria indicar quatro nomes, sendo os três primeiros eleitos como titulares e o quarto como suplente. Iniciado o pleito via cédulas, constatou-se, durante a apuração, a existência de um voto excedente na urna. Diante da irregularidade, a votação foi anulada e repetida de forma nominal. Na nova coleta, cada Vereador dirigiu-se à tribuna para proferir seus votos. Foram declarados empossados os titulares Rodolfo, André e Junior Rezende, figurando o vereador Alexandre como suplente com mandato vigente até 31 de dezembro de 2028. Após, o Secretário anunciou as matérias para Ordem do Dia da próxima Sessão Ordinária. Ao final, os Vereadores inscritos usaram da palavra para fazerem suas Considerações Finais. Nada mais havendo, o Presidente declarou encerrada a Sessão às 17h44min. Eu, Alexandre Eterno Freitas Santos, 1º Secretário, fiz lavrar a presente Ata, que depois de lida e discutida, vai devidamente assinada.

Ver. JEANDRA ALVES GUIMARÃES DO CARMO
Presidente

Ver. ALEXANDRE ETERNO FREITAS SANTOS
1º Secretário